

Innova

Nº 1 janeiro 2022

 INSTITUTO
DE INFORMÁTICA

ENTREVISTA

Gabriel Bastos

Secretário de Estado da Segurança Social

PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

Instituto de Informática testa plano de continuidade de negócio da Segurança Social com simulacro

MISERICÓRDIA DE LISBOA LANÇA NFTS

Santa Casa entra no mundo da arte virtual, com emissão de certificado digital

AMEAÇA HÍBRIDA

A nova forma de fazer guerra, onde a cibersegurança é posta à prova

ÍNDICE

3 Editorial

4 Inside

| Auditoria de Certificação
| Simulacro PCN

6 radar

| ENTREVISTA – Gabriel Bastos

12 Falamos de...

| SCML – criação de NFT
| Nova Estrutura de Missão para a Infância

14 Ciência e Tecnologia

| Ameaça Híbrida

15 What's Up

| Novas Funcionalidades Windows 11
| Projeto Luva
| Funcionalidade whatsapp

FICHATÉCNICA

Diretora: Paula Salgado

Editora: Joana Vallera

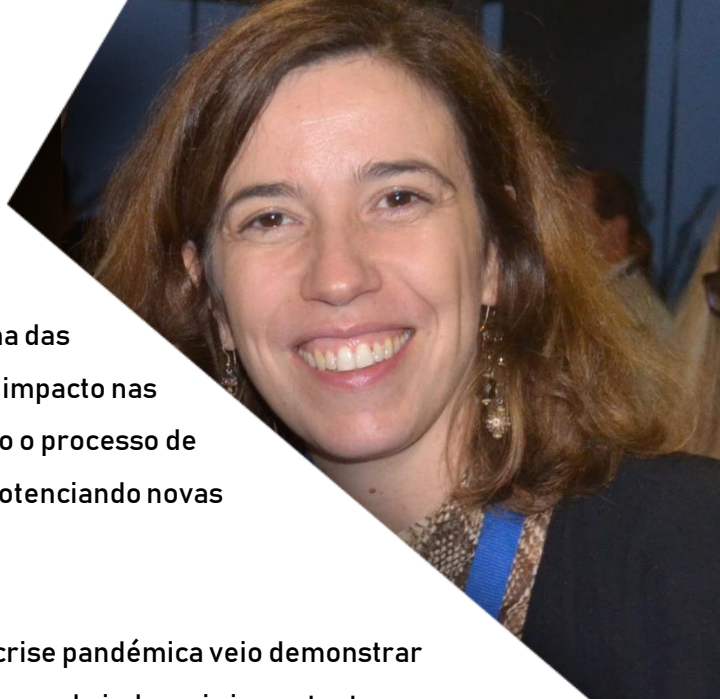
Redação: Helena Silveirinha, Mara Hentschke, Rita Teixeira

Design: Sofia Pinto Geda

Conselho Editorial: Anaísa Sousa, Ana Ribeiro Cruz, André Anjos,
Célia Vasconcelos, Helena Silveirinha, Luísa Cordeiro, Nuno Costa,
Patrícia Jesus, Pedro Diogo

Propriedade: Instituto de Informática, I.P.

Morada: Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 17—Tagus Park—2740-120 Porto Salvo



Em 2020 o mundo inteiro foi confrontado com uma das maiores pandemias a nível mundial, com grande impacto nas nossas vidas pessoais e profissionais, acelerando o processo de transformação digital que já estava em curso e potenciando novas formas de trabalho.

O mundo mudou e trouxe-nos novos desafios. A crise pandémica veio demonstrar que a tecnologia e o digital irão desempenhar um papel ainda mais importante na recuperação da economia, mas fez-nos perceber também a importância da comunicação, em particular, quando estamos perante novas formas de trabalho. A experiência dos últimos 2 anos é reveladora do quanto é necessário estarmos ligados e partilharmos informação, conhecimento e experiências, mantendo o lado do contacto nas suas diferentes formas, presente e ativo. Esse é um dos objetivos da revista Ilnova, que temos o prazer de apresentar.

Inauguramos esta edição com uma entrevista do Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, que nos faz o relato do desafio que foi governar em contexto de pandemia, das vitórias alcançadas e dos desafios para o futuro.

Em cada edição vamos ter espaço para dar também a conhecer o que se faz no Instituto de Informática, tal como nos organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, partilhando assim o que de melhor está a ser feito.

Como casa tecnológica que somos, reservámos ainda um espaço especial à ciência e inovação. Quais as novidades tecnológicas, como vai ser o futuro, o que existe e o que esperar, é o que queremos abordar em cada edição.

A revista Ilnova começa agora uma jornada, que se pretende longa e de partilha. Este é um espaço para todos, mas também de todos, pelo que contamos com os nossos leitores para crescer, consolidar, mas mais importante, partilhar.

Instituto de Informática RENOVA Certificação

Decorreu nos dias 25, 26 e 27 de outubro a auditoria externa ao Sistema Integrado de Gestão (nas vertentes de Qualidade, Segurança da Informação e Serviços de TI), destinada a verificar o grau de implementação do Sistema de Gestão e/ou o grau de conformidade do sistema com os requisitos da norma de referência aplicável.

Esta auditoria teve como objetivos:

- Avaliar a conformidade e eficácia do sistema com os critérios da auditoria;
- Avaliar a eficácia do sistema de forma a garantir o cumprimento dos requisitos regulamentares, estatutários, legais e contratuais aplicáveis às atividades das Organizações (identificação, controlo e verificação da conformidade);
- Avaliar a eficácia do sistema de forma a garantir o cumprimento contínuo com os objetivos definidos e um julgamento da capacidade da organização para providenciar de forma sistemática um produto e/ou um serviço de acordo com os requisitos aplicáveis;
- Identificar potenciais áreas de melhoria no sistema da organização;
- Fundamentar a decisão sobre o processo de certificação.

Das evidências observadas, a equipa auditora constatou que o Sistema Integrado de Gestão se encontra documentado e implementado, cumprindo, na generalidade, os requisitos que lhe são aplicáveis, evidenciando o controlo e monitorização dos processos. Foi considerado que o Sistema proporciona ao Instituto de Informática uma ferramenta que lhe permite prestar serviços que satisfaçam os requisitos dos seus clientes e das demais partes interessadas relevantes.



Simulacro do Plano de Continuidade de Negócio da Segurança Social

A crescente e cada vez mais completa informatização dos serviços, traz vantagens e melhorias significativas, quer ao nível do desempenho das funções, como, e consequentemente, na melhoria da resposta dada, com serviços mais céleres e de maior qualidade, por via da redução do risco de erro. Mas a informatização generalizada, traz também riscos ao nível de elevada dependência existente dos sistemas de informação, principalmente se estiverem em causa áreas de atuação sensíveis e prioritárias, como é a da Segurança Social.

O Instituto de Informática tem definido um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) da Segurança Social, que define um conjunto de estratégias e ações a tomar em caso de ocorrência de desastre, natural ou não, de forma a repor com a maior brevidade possível, o normal funcionamento dos serviços.

Para testar a capacidade de resposta e desempenho definido foi realizado, no passado mês de outubro, um simulacro, que teve como cenário um desastre regional com perda dos Sistemas de Informação do Taguspark e do *Data Center* principal. Os objetivos definidos foram verificar o sucesso ou insucesso da recuperação dos serviços, validar se os tempos de recuperação atingidos no exercício são iguais ou inferiores aos tempos acordados com os organismos a quem o II presta serviços, e aumentar a confiança do Instituto de Informática e dos

seus clientes na capacidade de recuperação. O exercício, que pela primeira vez decorreu 100% de forma remota, adaptando-se desta forma à realidade atual em que vivemos, atingiu um nível de sucesso de 94%, salientando-se que as aplicações que recuperaram total ou parcialmente, atingiram um tempo de recuperação inferior ao requisito funcional.

Este PCN assegura que estão definidos os mecanismos e as condições necessárias que permitam, após a ocorrência de uma situação potencialmente grave, efetuar uma avaliação estruturada dos danos causados, que possam pôr em causa o correto funcionamento do Sistema de Informação da Segurança Social e sistemas conexos. Deste modo, será possível garantir que a tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender é a mais adequada, podendo inclusive implicar a mudança para um local alternativo, previamente definido e preparado para o efeito.

O simulacro foi acompanhado por observadores internos, equipa diretora e pela IBM, que realizou a revisão completa do PCN, tendo sido destacada a maturidade das equipas na componente de continuidade de negócio e sua capacidade técnica ao nível dos procedimentos de recuperação, considerando que o Instituto de Informática está ao nível de entidades do setor bancário que são, atualmente, as organizações mais preparadas nesta vertente.

ENTREVISTA

Gabriel Bastos

Secretário de Estado da Segurança Social



À hora marcada, o Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, recebeu a revista Inova no seu Gabinete, no 17.º piso do edifício do ministério na Praça de Londres, com Lisboa a perder de vista, numa conversa onde partilhou o que foi governar em contexto de pandemia, o que já foi alcançado e como gostaria que fosse a Segurança Social do futuro.

E abriu logo a entrevista com as seguintes palavras:

Queria saudar vivamente o Instituto de Informática por esta iniciativa. Acho que é em boa hora que ela surge e que têm esta ideia. É extremamente útil para todos dar a conhecer aquilo que é a atividade do Instituto, quais são os projetos que estão em curso e envolver os vários parceiros, essa rede com quem o Instituto se relaciona e trabalha diariamente. O valor acrescentado é evidente para todos. Cada vez mais estes instrumentos de comunicação são relevantes e têm uma função que é muito útil porque, para além do mais, potencia os resultados daquilo que é feito e a eficiência com que se trabalha, numa lógica de parceria e de envolvimento de todos. Fiquei, pois, muito satisfeito quando tomei conhecimento desta iniciativa e, naturalmente, muito grato por esta honra de poder participar no arranque da revista. Desejo que tenha o maior êxito!

Menos de seis meses após ter tomado posse como Secretário de Estado, o país viu-se a par com uma pandemia e a necessidade de um confinamento forçado, com a Segurança Social a ser chamada a responder no que podemos considerar como um dos maiores desafios dos tempos modernos. Como foi governar nessas circunstâncias?

Em primeiro lugar, ninguém estava preparado para o que aconteceu, para a dimensão deste desafio, numa conjuntura verdadeiramente atípica e muito exigente. A Segurança Social pode hoje orgulhar-se de ter sido chamada a dar um contributo decisivo na resposta à emergência, com a mobilização de recursos e a criação de um conjunto vasto de medidas excecionais. Esses apoios ajudaram a mitigar o impacto negativo das medidas restritivas da atividade económica, as quais visaram salvaguardar aquilo que era mais importante, a saúde das pessoas. Esse momento inicial, em março de 2020, foi para todos nós, coletivamente, um momento de enorme angústia, de enorme ansiedade, pela consciência de que era necessário mobilizar com rapidez os recursos e tomar medidas de política que permitissem,

rapidamente, chegar ao terreno, às empresas e às pessoas. Era essencial evitar que à crise de saúde pública se juntasse uma crise económica e social.

Assistimos a uma quebra abrupta e sem precedentes do PIB, com impacto nas empresas, nos trabalhadores e nas suas famílias. Coube ao Sistema de Segurança Social um papel destacado na engrenagem dos mecanismos de resposta criados. Hoje está demonstrado o acerto das medidas que foram tomadas e, sobretudo, a capacidade do sistema na sua implementação, evitando assim consequências bem mais gravosas. Esse esforço gerou confiança e o reconhecimento por parte do conjunto da sociedade portuguesa quanto à importância de um Estado Social forte, robusto, que nas alturas de crise, quando muitos dos sistemas e das estruturas falham, é capaz de estar presente e dar uma resposta adequada.

E na sequência das mudanças ocorridas, quer em termos de organização do trabalho, quer em termos de relacionamento com o cidadão e até mesmo de respostas sociais, o que ficará para o futuro?





Há um conjunto de lições que podemos retirar deste momento que atravessámos, de aprendizagens para o futuro. Assistimos a uma aceleração do processo de adaptação do sistema, no conjunto das suas respostas, e da forma de trabalhar. Fomos obrigados a reinventar processos e abordagens e tivemos de fazê-lo de forma muito rápida. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o fenómeno do trabalho à distância, que se intensificou de forma dramática. A Segurança Social teve, em várias das suas dimensões, de acompanhar esses movimentos, ajustando-se às necessidades, como a de uma maior capacidade de proximidade e de relacionamento com as empresas e com os beneficiários. Tivemos de lançar um conjunto de medidas procedimentais e administrativas para tornar tudo isso possível, pelo que essa é uma marca que, sem dúvida, vai ficar.

O PRR tem sido descrito como a última oportunidade de Portugal para tornar o país mais competitivo e justo. Sendo a transição digital um dos eixos deste plano, o que esperar do investimento previsto no sistema da Segurança Social para os próximos anos?

O PRR é sem dúvida uma alavanca poderosa para o esforço contínuo de modernização que temos vindo a fazer e que não é de agora. Temos um historial com pelo menos duas décadas de simplificação, desmaterialização e desburocratização do sistema. Agora temos de dar um salto qualitativo, que seja sentido de uma forma ainda mais intensa e impactante pelo conjunto dos destinatários que se relacionam com o sistema público de Segurança Social. O PRR abre-nos essa porta para uma maior capacidade transformadora em diversas dimensões do sistema, o que pode implicar alterações de paradigma. Estou muito otimista quanto à forma como conseguimos desenhar o investimento da transformação digital no âmbito da Segurança Social, nos seus vários eixos, tanto no âmbito do relacionamento com os contribuintes, através de um novo ciclo contributivo que permita reduzir custos de contexto para as empresas, como também no plano prestacional, agilizando mecanismos que confirmam maior celeridade e qualidade na resposta às pessoas. Queremos que seja uma Segurança Social proativa e sempre que possível preditiva. Ou seja, com capacidade para, ao longo do ciclo de vida das pessoas, antecipar necessidades com base na informação de que dispomos, internamente ou através da interoperabilidade com outros sistemas.

Trata-se de prever quando é que essas necessidades de proteção social vão ocorrer, em função do perfil concreto daquela pessoa, de modo a ativarmos as respostas mais adequadas.

Todos temos consciência que este é um sistema complexo. Pese embora todo o trabalho que é feito e que tem de continuar a ser feito, de facilitação de acesso ao sistema e de conhecimento por parte dos destinatários das medidas e apoios que existem, sabemos que o exercício dos direitos ainda é condicionado por certos fatores. A Segurança Social tem de ter esta postura de ser capaz de alertar, de acompanhar, de ser um parceiro de vida de cada uma das pessoas, atuando de uma forma mais oficiosa e proativa, sem exigir um impulso individual para desencadear os mecanismos existentes. Pelo contrário, sempre que for possível, a Administração deve tomar a dianteira. Preconizamos assim um novo paradigma de serviço público neste setor, mais ágil e marcado por maior proatividade. Sem prescindir da indispensável proximidade, facilitando o relacionamento de forma contínua e permanente.

Pegando no que referiu relativamente à evolução que já foi feita, e que já sentimos, ao nível da desburocratização e da simplificação, muito devido aos sistemas de informação e ao avanço tecnológico, que passos destacaria como tendo sido dados ao nível da Segurança Social?

Talvez começasse por destacar um, já um pouco mais distante, mas que foi fundamental neste trajeto de modernização. A criação do SiSS, através da centralização das bases de dados autónomas e territorialmente dispersas. Esse foi um passo pioneiro, que permitiu termos uma visão de conjunto, nacional. Depois veio a criação dos vários subsistemas, como o IDQ, GC e GR, que permitiram estabelecer uma arquitetura de sistema mais coerente e, com isso, conferir maior capacidade operacional no desenvolvimento da nossa missão. A evolução tem vindo a ser feita de forma paulatina, mas sempre muito consistente, com períodos de algum desinvestimento, infelizmente, fruto de diferentes fatores e circunstâncias, mas sempre uma evolução no sentido que considero positivo e que tem demonstrado ser vantajoso para o funcionamento da Segurança Social.

A criação da plataforma PTSS, a disponibilização das funcionalidades digitais no âmbito da SSD, a criação de novas ferramentas também no âmbito do atendimento, com o lançamento do SIGA, ou as ferramentas disponíveis na APP são tudo marcos relevantes desse compromisso com o digital. Mais recentemente, medidas como o simulador de pensões ou a “pensão na hora” refletem a aposta comprometida com a imagem de vanguarda que desejamos que todos reconheçam e de que podem beneficiar no seu dia a dia.

Não obstante termos grandes evoluções e grandes ganhos de eficiência nesse percurso que vem sendo feito, há ainda outras dimensões que não têm esse nível de qualidade de serviço que desejamos. Sabemos que há constrangimentos e há dificuldades que precisam de ser ultrapassadas. Temos de ter essa consciência.

“Mais recentemente, medidas como o simulador de pensões ou a “pensão na hora” refletem a aposta comprometida com a imagem de vanguarda que desejamos que todos reconheçam e de que podem beneficiar no seu dia a dia.”

A atribuição de uma prestação imediata, no espaço por vezes bastante inferior a um mês, é uma evolução muito significativa, mas que não nos permite considerar que já atingimos o nível desejável. Temos de construir um sistema ainda mais capaz, porque há dimensões do relacionamento com o designado “cliente” que têm de ser melhoradas, e isso ficou muito claro durante este período. É esse salto que o PRR agora nos tem de permitir dar.

Mas como dizia, é um percurso que tem sido feito, e que no âmbito deste mandato, pudemos dar mais passos nessa direção, com medidas como a Pensão na Hora, numa aposta no digital, nos automatismos, na resposta mais ágil às necessidades das pessoas. Destacaria ainda duas medidas, que têm muita relevância. A introdução do novo modelo contributivo, com a chamada barragem de erros no envio das declarações de remunerações, que para as empresas tem um benefício de contexto já avaliado em algumas centenas de milhões de euros, veio permitir, também a jusante melhorar uma série de

processos, por via da qualidade da informação e dos dados do sistema, facilitando a atribuição mais atempada e mais correta dos benefícios. Temos ainda, prestes a entrar em produção, o novo módulo de gestão de vínculos, que permite às empresas uma maior agilidade na comunicação da admissão de trabalhadores e na cessação de vínculos laborais. Trata-se de iniciativas e projetos que podem e vão seguramente ter, no curto e médio prazo, um impacto muito importante, quer do lado das empresas e das entidades contribuintes, quer do lado dos beneficiários.

Pegando nessa ponte entre o que foi feito, o que está em curso e o futuro, como visiona a Segurança Social do futuro?

Já deixei algumas indicações, mas vejo sobretudo uma Segurança Social muito mais em linha com o que de melhor se faz em matéria de *e-government*, tirando o máximo partido das novas tecnologias e do ambiente digital. Com respostas baseadas em automatismos e de interoperabilidade entre os diversos sistemas da administração pública, trazendo com isso comodidade e conforto para o conjunto das pessoas e empresas que necessitam de se relacionar com a Segurança Social. A Segurança Social tem uma função estrutural na economia portuguesa e por isso a desburocratização, a simplificação do relacionamento e a redução de custos de contexto, designadamente para as empresas, é essencial. Sabemos que tem um impacto muito grande na atividade empresarial, para que esta se possa desenrolar de uma forma fluída, o que permite às empresas uma maior competitividade e capacidade de atuação no conjunto da economia.

“A Segurança Social tem uma função estrutural na economia portuguesa e por isso a desburocratização, a simplificação do relacionamento e a redução de custos de contexto (...) é essencial.”

Para as pessoas, vejo uma Segurança Social moderna e capaz de dar resposta, mas simultaneamente sem deixar de ter um rosto humano e de proximidade, porque este é um sistema de pessoas e para pessoas.

Sendo todas as crises negativas, não deixa de ser verdade aquele chavão que diz que também constituem oportunidades, e esta não deixa também de ter essa marca. A oportunidade aqui é investirmos e apostar, de facto, numa Segurança Social mais modernizada, mais digital, fazendo essa transformação agora numa forma mais célere. Temos de saber aproveitar o ambiente propiciado pelo reconhecimento da importância de termos um sistema público de Segurança Social robusto e que dá resposta. Quer a nível político, quer a nível da administração, também aqui temos um capital de confiança e a responsabilidade em apresentar resultados no curto e médio prazo. Para isso, temos de fazer essas transformações e dar esses novos passos para uma Segurança Social mais forte.

E qual o papel do II nesse processo?

O II é a casa TIC do Ministério e eu quero aproveitar a pergunta, mas sobretudo a minha resposta, para deixar uma palavra, que é absolutamente justa, de enorme reconhecimento e de agradecimento ao conjunto dos trabalhadores do II. Porque também eles foram chamados neste período a fazer um esforço suplementar muito intenso, com disponibilidade total. Em vários momentos, com prejuízo para a sua própria vida pessoal. Deram um contributo decisivo para sermos capazes de implementar estas medidas excecionais a tempo e horas e fazê-las chegar às empresas e às pessoas. Isso representou uma enorme exigência pessoal e profissional, mas que se mostrou fundamental para que conseguíssemos alcançar os nossos propósitos. Aquilo que é a experiência destes vários anos de trabalho do II com os parceiros do Ministério é muito positiva. Em anteriores funções, como dirigente no Ministério e na Segurança Social, tive vários projetos e trabalho intenso de articulação e colaboração com o Instituto. Ao longo destes últimos dois anos, fruto das circunstâncias, essa relação de trabalho estreitou-se ainda mais. Colocados perante a crise, o valor da entreatajuda, do trabalho em equipa, da colaboração e integração quase plena das várias equipas das diferentes instituições, mostrou ser o melhor caminho e a forma mais adequada de



atingirmos bons resultados, e isso fica também como aprendizagem; uma nova metodologia de trabalho para o futuro, que para a implementação do PRR vai ser muito decisivo. Igualmente determinante vai ser a recente alteração à Lei Orgânica do II, a aguardar publicação, que lhe atribui a equiparação a entidade pública empresarial, no âmbito das suas atribuições nas áreas de tecnologias de informação e comunicação dos serviços e organismos do Ministério, para efeitos de recrutamento de trabalhadores que desempenhem funções de técnico de informática e especialista de informática. O II passa assim a ter uma maior autonomia e capacidade de atuação no desenvolvimento das suas competências TIC, num contexto de elevada competição ao nível do mercado de trabalho e de procura de recursos qualificados.

Para finalizar, em final antecipado da legislatura e olhando para trás, quais foram as principais conquistas e o que ficou por fazer?

Numa nota quase pessoal devo confessar que em termos de balanço tenho sentimentos cruzados. Sem dúvida que o mandato foi muito marcado pela resposta à crise e à pandemia e as suas consequências do ponto de vista económico e social. Aí devo confessar que o sentimento prevalecente é de orgulho naquilo que fomos capazes de, em conjunto, enquanto Ministério, enquanto sistema de Segurança Social, fazer.

Julgo não estar enganado ao achar que, de certa forma, há um reconhecimento da sociedade portuguesa quanto à forma como foi possível gerir esta crise e como a Segurança Social deu um contributo essencial para que atravessássemos este período muito complexo e muito difícil. Por outro lado, termino este mandato com alguma insatisfação e alguma frustração, porque em outubro de 2019 a minha perspetiva, naturalmente, era outra. Como é evidente, as circunstâncias impuseram-se e acabaram por condicionar outras prioridades políticas. Desse ponto de vista, de reformulação e de reforma do sistema nas suas várias dimensões e estruturas, naturalmente ficou algo prejudicado.

Mesmo assim, procurámos não perder de vista a dimensão estrutural do sistema. Mas há sempre coisas que ficam aquém das nossas ambições. A minha expectativa é que, a partir já do próximo ano, com uma estabilização que todos nós desejamos e que o processo de vacinação deverá proporcionar, haja condições para nos concentrarmos nessas alterações estruturais e nessa melhoria constante, porque é sempre um processo inacabado.

Todos devemos dar o nosso contributo para acrescentar valor e melhorar o sistema. Estou confiante que teremos mais condições para prosseguir nessa senda e de aprofundar a agenda reformista, tendo por base os investimentos previstos no PRR. Revejo-me nas ambições e prioridades que aí se encontram plasmadas. O papel do II na prossecução desse verdadeiro desígnio é incontornável.

Todos os que estão comprometidos com o sistema estão muito expectantes e mobilizados para estes desafios, porque temos consciência que é uma grande oportunidade para chegarmos um pouco mais próximo daquilo que é a Segurança Social que ambicionamos para Portugal.

Misericórdia de Lisboa entra no mundo dos NFT

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa criou a marca [Artentik](#), que inaugura a sua entrada no mercado dos NFTs. Passa, a partir de agora, a ser possível adquirir uma das muitas relíquias que constituem o espólio de mais de 500 anos de existência.

De acordo com declarações do provedor, Edmundo Martinho, na Web Summit, esta é uma forma de mostrar as obras e a herança da instituição e alargar a relação do Museu de São Roque, a nível global. É também uma forma de conseguir receitas para a prossecução das causas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

As primeiras obras estão já disponíveis, com ativos retirados da coleção de arte sagrada da Santa Casa sobre as temáticas de São Francisco Xavier, o Natal e a Natividade.

O que são NFTs?

NFT, sigla para Non-fungible token é uma espécie de certificado digital, estabelecido via *blockchain* (tecnologia que serve de base para criptomoedas, como o Bitcoin), que funciona como um selo de autenticidade que define originalidade e exclusividade a bens digitais, como uma assinatura digital do artista.

“Não fungível” significa que é único e não pode ser substituído por outra coisa. Uma bitcoin é fungível, pois pode ser trocada por outra do mesmo género, da mesma qualidade ou quantidade. Um NFT é único e não pode ser substituído, pelo que é usado para criar propriedade digital.

Apesar de os NFTs poderem ser associados a qualquer item digital, o interesse tem vindo a crescer em redor da arte digital. Com o NFT as obras são digitais e os registos são *tokens*, cuja posse é transferível através de transmissão ou venda do seu detentor.

Ainda que a arte digital seja facilmente passível de ser copiada, apenas quem tem o *token* da obra original pode afirmar ser o dono da versão original, devido à verificação da *blockchain*. Por exemplo, todos nós podemos ter a obra “Monalisa” impressa, mas a original é única. Para quem é colecionador, isso é muito relevante.

Pode assistir a um vídeo explicativo das diferenças entre *tokens* fungíveis e não fungíveis [aqui](#).

GARANTIA PARA A INFÂNCIA

Um desígnio nacional

No âmbito da presidência portuguesa da União Europeia no 1.º semestre de 2021, foi aprovada uma recomendação com o objetivo de prevenir e combater a exclusão social, garantindo o acesso das crianças necessitadas a um conjunto de serviços essenciais, contribuindo assim também para defender os direitos da criança, combatendo a pobreza infantil e promovendo a igualdade de oportunidades e assim concretizar o princípio 11.º do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A Recomendação ([2021/1004](#)) determina a necessidade de cada Estado-Membro nomear um coordenador nacional para a implementação da Garantia para a Infância, com a responsabilidade de apresentar no prazo de nove meses, um plano de ação para o período até 2030, que contemple ações estratégicas e medidas de apoio às crianças em situação vulnerável. Em Portugal, por [despacho](#) da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, esta coordenação está a cargo de Sónia Almeida.



Apesar da evolução que tem sido feita ao nível da garantia do bem-estar e promoção dos direitos das crianças, os dados mais recentes disponibilizados pelo [Eurostat](#), indicam que pouco mais de um quinto das crianças em Portugal encontram-se em risco de pobreza ou exclusão social, fazendo da Garantia para a Infância uma missão de toda a sociedade.

AMEAÇA HÍBRIDA a nova forma de fazer guerra

O conceito de ameaça híbrida é relativamente recente, mas ganha cada vez mais relevância pela sua expansão e efeitos que pode provocar nas nações e povos.

De acordo com o Centro Europeu de Excelência para o combate às ameaças híbridas ([Hybrid CoE](#)), ao qual Portugal aderiu no final de 2019, estas ameaças podem ser definidas como ações coordenadas e sincronizadas que visam deliberadamente afetar as vulnerabilidades dos Estados democráticos e das suas instituições, empregando um leque particularmente amplo de meios políticos, económicos, militares, civis e de informação.

Um dos exemplos mais recentes de ameaça híbrida, à semelhança do ocorrido em 2015 com a crise dos refugiados, é a situação dos migrantes verificada na fronteira entre a Bielorrússia e a Letónia, Lituânia e Polónia, utilizada, de acordo com a notícia do [Hybrid CoE](#), como forma de destabilização política da região e de desvio da atenção pública sobre a questão da violação de direitos humanos.

Combinando atividades convencionais e não-convencionais, são várias as táticas utilizadas, tal como demonstra o paper de [João Pereira](#) (2018).

Identificamos aqui algumas das tipificações apresentadas.

| Redes Sociais

Pelo alcance em massa que consegue através da disseminação de mensagens à escala global, com capacidade de suggestionar os consumidores, as redes sociais podem ser consideradas como uma ameaça híbrida. A influência dos cibercrimes russos na campanha presidencial americana que deu a vitória a Donald Trump, é apontado como um exemplo ([Treverton et al., 2018](#)) deste tipo de ameaça.

| Fake news

A disseminação de notícias falsas, que distorcem a realidade, têm muitas vezes como objetivo provocar um sentimento generalizado de discórdia ou descontentamento, provocando desta forma alguma destabilização na sociedade. Quando a deturpação tem alguma base de verdade, é também uma forma de, aproveitando a velocidade a que a informação circula, fazer com que os meios de comunicação tradicionais assumam aquela notícia como verdadeira, de tão amplamente espalhada que se encontra.

| Instrumentos cibernéticos

Nestes destacam-se a ciberespionagem, os ciberataques e a

cibermanipulação.

A ciberespionagem tem o mesmo objetivo da espionagem convencional, ou seja, recolha de informação não acessível e sem o conhecimento do seu detentor. Já os ciberataques consistem em roubar informação, mas paralelamente danificando os sistemas informáticos. Por fim, a cibermanipulação implica a infiltração nos sistemas informáticos, para manipular ou alterar os dados armazenados. No estudo levado a cabo por [Artur Alves](#), a análise feita sobre o conflito híbrido Rússia/Ucrânia, em 2014, indica que “as ações mais preponderantes tiveram origem no domínio do Ciberespaço e Informacional, com efeitos transversais em quase todas as funções críticas” (2020: 21).

De acordo com o último relatório nacional do Centro Nacional de Cibersegurança sobre [Riscos & Conflitos](#), o cibercrime aumentou em 2020 (ao contrário da criminalidade em geral), com as ciberameaças mais relevantes a serem as campanhas de *phishing/smishing*, nas quais a engenharia social e a exploração do fator humano são elementos-chave. A cibersegurança e a informação, que tem de ser clara, rigorosa e eficaz, tornam-se assim ferramentas de combate essenciais para os Estados de direito e para a própria democracia.

WhatsApp tem envio de imagens de visualização única

Se quiser enviar uma imagem ou vídeo, mas não quer que o destinatário fique com esse ficheiro, já pode fazê-lo, utilizando a mais recente funcionalidade do Whatsapp: o envio de imagens de visualização única. Para tal, basta seleccionar o ficheiro que pretende partilhar e clicar no círculo com o número 1, que surge na caixa de texto, antes de enviar.



Esta é uma foto de visualização única

Start up portuguesa põe tecnologia a combater o cancro da mama

Na última edição do Web Summit Lisboa, a Gloom, *start up* portuguesa composta por alunos e ex-alunos da Universidade Católica, apresentou o protótipo do produto «Sense Glove», uma luva para ser usada no exame de autoapalpação mamária, com o objetivo da prevenção precoce da doença.

Esta luva liga-se a uma App e baseia-se numa tecnologia de sensores, que quando aplicada num autoexame, analisa a diferença de pressão entre o tecido saudável e tecido com irregularidades, que podem indicar a presença de quistos ou nódulos.

A App emite um alerta para o utilizador realizar uma consulta médica de diagnóstico, alertando mensalmente para a necessidade de executar o exame.



O que o WINDOWS 11 traz de novo

A nova versão do Windows já está disponível e trazemos-lhe aqui as principais novidades.

Com um novo design, mais moderno e apelativo, traz um novo sistema de organização das janelas e aplicativos, feito através do “Snap Groups”. Esta funcionalidade é interessante se for uma daquelas pessoas que tem 20 janelas abertas no ecrã.

A produtividade foi também pensada, permitindo ao utilizador encontrar rapidamente as ferramentas que necessita, ou retomar os trabalhos que tinha em mãos.

Além da integração das Apps Android e de novas funcionalidades para *gamers*, como a integração da Xbox, destacamos a integração total do Teams no Windows 11, deixando de ser necessária a instalação da aplicação.

A reter é o facto de a utilização do Windows 11 ser gratuita para quem já tem a versão 10.

Veja o vídeo de apresentação [aqui](#).





IInova



**INSTITUTO
DE INFORMÁTICA**
CONFIANÇA E INOVAÇÃO